

OS PARLAMENTARES QUE TIVERAM A CASSAÇÃO SUGERIDA POR FALTA DE DECORO

■ **JOÃO ALVES** (sem partido-BA) — O cabeça do esquema, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Era quem dava a palavra final sobre emendas de interesse de empreiteiras e sobre subvenções sociais, além de ser o responsável pela captação e distribuição das propinas. Foi apontado ainda como um dos maiores beneficiários de parte de verbas públicas destinadas a entidades; de usar pessoas humildes para ocultar seu verdadeiro patrimônio; de enriquecimento ilícito; e de lavagem de dinheiro através de loterias.



João Alves: o cabeça da máfia



Genebaldo Correia



Ricardo Fiúza



Ibsen Pinheiro



José Geraldo

■ **CID CARVALHO** (PMDB-MA) — O segundo da máfia. Era o elo entre membros do Executivo e empreiteiras, serviço pelo qual recebia gordas propinas. Por seu intermédio, construtoras foram contempladas com obras. Beneficiou-se de subvenções sociais.



Fábio Raunheitti



Manoel Moreira



Ronaldo Aragão



Cid Carvalho



Ézio Ferreira



Carlos Benevides

■ **JOSÉ GERALDO** (PMDB-MG) — É acusado de integrar o "esquema das empreiteiras" e de fundar três entidades para receber verbas de subvenções sociais e dotações globais.

■ **GENEBALDO CORREIA** (PMDB-BA) — Acusado de enriquecimento ilícito, movimentou em cinco anos mais de US\$ 1,5 milhão. Representava os interesses de Ibsen Pinheiro.

■ **MANOEL MOREIRA** (PMDB-SP) — Indicado para o Orçamento por Ibsen Pinheiro, é acusado de enriquecimento ilícito, tendo movimentado em média US\$ 55,6 mil por mês contra uma remuneração mensal de no máximo US\$ 3.500. É acusado também de participar do esquema de favorecimento a empreiteiras.



Flávio Derzi



Anibal Teixeira



Raquel Cândido



Paulo Portugal



Feres Nader



João de Deus

■ **FABIO RAUNHEITTI** (PTB-RJ) — Acusado de enriquecimento ilícito, por ter auferido quase US\$ 15 milhões em recursos de subvenções. Parte desses recursos foi depositada em sua conta.

■ **FERES NADER** (suplente, PTB-RJ) — Acusado de ter se beneficiado de verbas de subvenção. Sua conta particular recebeu vários depósitos.

■ **RONALDO ARAGÃO** (senador, PMDB-RO) — Acusado de enriquecimento ilícito. Constatou-se que não há compatibilidade entre as rendas declaradas e sua significativa movimentação bancária.

■ **ÉZIO FERREIRA** (PFL-AM) — A principal acusação contra um dos campeões de apresentação de emendas é enriquecimento ilícito. Movimentou em cinco anos mais de US\$ 14 milhões.

■ **RAQUEL CÂNDIDO** (PTB-RO) —

Acusada de se beneficiar de subvenções sociais (mais de US\$ 800 mil nos últimos cinco anos).

■ **JOÃO DE DEUS ATUNES** (PPR-RS) — Acusado de se apropriar de subvenções sociais. Recursos liberados em 1991 foram parar na sua conta pessoal.

■ **DANIEL SILVA** (PPR-MA) — Sonegou impostos e se apropriou de quase US\$ 30 mil em verbas de subvenção. Os recursos, destinados a Imperatriz (MA), cujo prefeito era seu irmão, foram transferidos para a sua conta pessoal através de uma triangulação com a empresa Construmax.

■ **FLÁVIO DERZI** (PP-MS) — Acusado

de sonegação fiscal, também pesam contra ele procedimentos irregulares tanto na destinação quanto na aplicação de recursos federais.

■ **PAULO PORTUGAL** (PP-RJ) — Acusado de se beneficiar de subvenções. Sua variação patrimonial não condiz com os recursos lícitos auferidos.

■ **ANIBAL TEIXEIRA** (PTB-MG) — Acusado de sonegação fiscal e enriquecimento ilícito, não conseguiu explicar a origem de vários depósitos bancários em sua conta particular.

■ **CARLOS BENEVIDES** (PMDB-CE) — Acusado de liberar subvenções para

entidades inidôneas. Documentos comprovam sua ligação com José Carlos Alves dos Santos e Ricardo Fiúza.

■ **IBSEN PINHEIRO** (PMDB-RS) — Mantinha relacionamento estreito com Genebaldo Correia, que representava seus interesses junto ao núcleo da máfia. Não comprovou ser lícita a origem dos recursos que lhe permitiam uma movimentação bancária muito superior aos seus rendimentos.

■ **RICARDO FIÚZA** (PFL-PE) — Editou mais 300 emendas ao Orçamento de 1992, após a votação do texto final. Tal procedimento custou aos cofres públicos mais de US\$ 220 milhões.